



## DISPUTAS HEGEMÔNICAS NO ÂMBITO REGIONAL: CONTRAPONTO ENTRE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3893

Talita Martinelli, UEM

### Resumo

Este artigo propõe apresentar um debate teórico em torno das formulações dos conceitos de cooperação e também integração no âmbito regional. Ancorados em nossa pesquisa de mestrado, parte-se da compreensão sobre a relevância desta reflexão no âmbito das discussões que perpassam os estudos sobre disputas hegemônicas no campo da política internacional, ao ter em conta os diferentes motivos, aspectos e objetivos que levam os Estados a estabelecer tipos de relações e agrupamento de forças. Esta reflexão se justifica ao ter em vista a concepção de um sistema permeado por relações assimétricas, consideramos que a estrutura de poder político e econômico se organiza na dinâmica das relações entre países centrais e países periféricos, marcado por dominações, assim, constitui um cenário de disputas hegemônicas no plano internacional. Todavia, não seria diferente no âmbito regional, portanto, as reflexões aqui a serem desenvolvidas darão luz especificamente à região sul-americana, por ser objeto de estudo de uma pesquisa em curso.

### Palavras Chave:

Disputas hegemônicas;  
Cooperação; Integração;  
América do Sul; Política  
Internacional.

## Introdução

Ao ter em vista o sistema internacional formado por unidades políticas, as quais denominamos como Estados que mantêm relações de diversas ordens entre si, além das ONGs, agências internacionais e megaempresas, compreende-se em nossa perspectiva o Estado como ator principal em um cenário permeado por relações de forças e disputas de poder.

Desta forma, avalia-se a existência de alianças e cooperações entre Estados que compartilham das mesmas características socioeconômicas, políticas e culturais, além de Estados vizinhos que se aproximam por estarem próximos com o principal objetivo de aumentar as condições de projeção e permanência em tal cenário.

Diante disso, é relevante pensar a significância e peso do espaço regional no sistema internacional. Procuraremos apresentar brevemente parte do debate contemporâneo existente acerca do regionalismo no âmbito das Relações Internacionais e da Ciência Política, considerando ser relevante apontar que o regionalismo é formulado e analisado a partir de diferentes autores e correntes teóricas.

Partimos da compreensão de que a região não é em sua origem uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade, assim, o que faz a região é o espaço, ou, ao invés dele, o tempo e a história.

Em uma retomada dos desdobramentos deste fenômeno, Borges (2014) expõe que há 3 fases do regionalismo, tendo seu pontapé inicial após a segunda Guerra Mundial. A primeira fase (1945-1965) teve como destaque três tipos de regionalismo, sendo eles: a Liga dos Estados Árabes (LEA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) como instituições

com múltiplas propostas; o Pacto de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) configurados alianças de segurança e as instituições regionais de cunho econômico, principalmente na Europa. Destaca-se que o que marcou nessa primeira onda foi seu caráter menos normativo em relação aos entendimentos regional-multilaterais e mais estrito para os interesses de segurança, defesa e cálculos de poder.

Já a segunda fase (1965-1985) das instituições regionais se destacou pelo foco em segurança coletiva e se deu entre os países desenvolvidos, foram elas: Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade Caribenha (CARICOM); Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Por fim, a terceira fase, difundida como “novo regionalismo” e que vigora até os dias de hoje representa as mudanças do sistema internacional diante da globalização e seus efeitos, é caracterizada por uma diversidade de formatos, organizações e processos, temos como exemplo a União Europeia, o Mercosul, a Unasul.

Com diversos estudos a respeito desta temática, Hurrell (1993) argumenta que o fortalecimento da ideia de regionalismo e o incremento de uma “consciência regional” são elementos centrais da ordem internacional pós - Guerra Fria.

No entanto, em nossa concepção, o conceito de regionalismo não tensiona os processos políticos de cooperação e competição próprios dos processos de integração regional. Nos atentamos sim para a importância da região, principalmente ao considerá-la a partir do seu caráter estratégico, porém, não compartilhamos totalmente de nenhuma corrente teórica que elabore concepções acerca do regionalismo, pois não reduzimos as relações entre os Estados, que são dinâmicas e complexas,

em meros aglomerados regionais.

## Objetivos

O objetivo específico deste artigo está em apresentar parte do debate teórico em torno das aproximações e diferenças existentes em relação ao conceito de cooperação e também o conceito de integração. Esta análise tem como ponto de partida o sistema internacional, sobretudo por ser o principal lócus das complexas e diversas relações estabelecidas entre os Estados, no entanto, o principal enfoque do presente artigo será a partir do que compreendemos como região.

A escolha de tal enfoque se justifica à medida que este artigo é proveniente de uma pesquisa em curso que se propôs analisar as diretrizes da política externa brasileira para a América do Sul a partir da atuação do país nos processos de integração regional durante a primeira década do século XXI. Neste artigo, não será possível apresentar toda discussão já realizada, porém, priorizou-se expor a ideia de cooperação e integração a partir de formulações de diferentes autores, além disso, com o objetivo de situar o enfoque no âmbito regional apresentou-se rapidamente tal discussão na introdução, por fim, será retratado brevemente este debate no âmbito sul-americano.

## Resultados

O pesquisador Tadeu Morato Maciel no trabalho “As teorias de relações internacionais pensando a cooperação” (2009) propôs discutir o crescimento de cooperação como alternativa de relacionamento no âmbito internacional a partir da segunda metade do século XX. Maciel (2009, p. 215) cita Ayllón (2007, p. 40) para apresentar o significado etimológico da palavra cooperar, sendo “atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim”.

Seguindo este raciocínio, surgiu como questão se é possível o estabelecimento de paralelos entre as motivações que levam os indivíduos e as que levam os Estados a cooperarem. Maciel (2009) aborda uma discussão<sup>1</sup> em resposta à dinâmica belicista apresentando as ideias de Saint-Pierre (1658-1743), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Immanuel Kant (1724-1804) e Normam Angell (1872-197).

O autor mostra também que há análises de cunho realista sobre o surgimento da cooperação internacional, que seria entendida como um instrumento para ampliação do poder de certo Estado ou para a manutenção do equilíbrio de poder entre diversos Estados no sistema internacional. Maciel (2009, p.17) aponta que para Celso Amorim (1994, p. 151) a ordem internacional vista pela ótica hobbesiana faz muito sentido no desenvolvimento da cooperação. Veja:

Já que essa ferramenta teria como pressuposto a ideia de “alteridade”, respeitando-se a existência dos outros Estados, inclusive os objetivos delimitados por cada um

---

<sup>1</sup> O abade Saint-Pierre após negociar o Tratado de Utrecht de 1712-1713 se entusiasmou com a ideia de uma nova organização política para o Velho Mundo que possibilitasse a paz e os bons governos, o que resultou na publicação de duas importantes obras: Projeto de Paz Universal entre as Nações e Projeto para a Paz Perpétua entre os Cristãos. Rousseau foi responsável pela disseminação das ideias de Saint-Pierre sobre unificação europeia e consequente ambiente pacífico na região, mas no século XVIII, Kant dedicou um tratamento jurídico-político ao tema da paz, reformulando a lógica religiosa presente nas reflexões do abade. O diferencial de Kant é que ao olhar o estado de natureza que impera no plano internacional, ele vislumbra a possibilidade de uma convivência pacífica, mesmo que não haja um Leviatã que governe a todos. Esses autores serviram de inspiração direta para Normam Angell que, em 1912, via a política belicista como uma grande ilusão e pedia atenção para a fragilidade do equilíbrio nas alianças entre potências naquele período (MACIEL, 2009, pp. 216-217).

desses. A cooperação seria a manifestação do desejo de ausência de guerras e equilíbrio no sistema, após diversos conflitos que assolaram o mundo até meados do século XX, e apenas tardiamente ela deixou de ser efeito de alianças para evitar o surgimento de uma superpotência para ilustrar um desejo maior de convivência pacífica (AMORIM, 1994, p. 151 *apud* MACIEL, 2009, pp.217-218).

Constata-se que foi a partir do pós-Segunda Guerra que estabeleceu-se a cooperação técnica internacional, principalmente no sentido de esforços de reconstrução da Europa. Ao longo da década de 50, a cooperação era encarada como uma ajuda ou assistência internacional para neutralizar as mazelas produzidas pelo subdesenvolvimento, como se as dificuldades dos países periféricos fossem solucionadas com ajudas de caráter paternalista, havendo um doador e um receptor. Na passagem a seguir é possível analisar o processo de transformação da compreensão do conceito de cooperação:

Atendendo às reivindicações dos países do Sul – para que a cooperação ultrapassasse o sentido de uma ajuda vinculada a interesses político-estratégicos e passasse a ser uma fonte de trocas e interesses mútuos, enriquecendo e capacitando todos os entes envolvidos – a ONU reviu o conceito de assistência técnica e o substituiu pelo termo *cooperação técnica* na Resolução 1.383, na Assembléia Geral da ONU de 1959. Dessa forma, pretendeu-se conferir um caráter mais congruente a essa ferramenta, ao reconhecer a possibilidade de aprendizado e ganhos mútuos a partir de uma relação de trocas entre partes iguais e/ou desiguais (MACIEL, 2009, p 221).

Ao considerar o sistema internacional, no decorrer da Guerra Fria os países periféricos contavam com

empréstimos generosos, fato que significou grande dependência nas décadas seguintes, após endividamento externo e períodos de recessão. Por conta desta realidade de dificuldades econômicas, na década de 70 a ONU desenvolveu o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também conhecida como “cooperação horizontal”. De acordo com Maciel (2009, p.222) “no contexto de redução da tradicional cooperação Norte-Sul foi concebido o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que serviu como forma de determinar as diretrizes básicas para que a CTPD fomentasse uma cooperação mais ampla entre os países do Sul”.

Todavia, neste debate, é de grande importância avaliar que não houve apenas aspectos positivos neste contexto de cooperação, principalmente, ao nos depararmos com cooperações verticais, mais especificamente, dos países do Norte, considerados potências com os países localizados ao Sul, em condições não hegemônicas. Neste caso, observamos as práticas de explorações dos Estados Unidos para com países latino-americanos, assim como, avaliamos a distribuição do capital como o principal objetivo ao realizar os empréstimos a países em condições precárias e desiguais no sistema internacional.

Já no decorrer da década de 90, várias conferências da ONU sugeriram mudanças nos modos de ajuda aos países não hegemônicos para que fossem oferecidas formas de desenvolvimento mais satisfatórias, humanas e que abrangessem aspectos além dos econômicos e comerciais. Na passagem a seguir, vejamos algumas atitudes nesse sentido:

Nesse cenário, a cooperação internacional foi influenciada pelas determinações da Conferência de Monterrey (2002) e da Declaração de Paris (2005), ambas objetivando a potencialização da eficácia da

ajuda ao desenvolvimento, procurando revisar os ditames formulados na Declaração do Milênio e expostos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mantendo-os como norteadores da cooperação a nível mundial (MACIEL, 2009, p. 222-223).

Ainda em relação ao conceito e significado de cooperação internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o professor e economista Eiiti Sato elaborou o artigo “Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais” (2010) e apresentou o significado deste conceito da forma a seguir:

A expressão “cooperação internacional” estendeu-se para todas as áreas desde o comércio e as finanças até as questões de segurança, meio-ambiente, educação e saúde. Cooperação internacional não significa apenas ajuda mútua entre governos e entre instituições pertencentes a diferentes países, muito embora ela possa existir até com frequência. Cooperação internacional tem um sentido mais amplo. Significa trabalhar junto. Significa que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladas. Cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional (SATO, 2010, p. 46).

Nesta definição percebemos quão ampla pode ser uma cooperação e as diferentes áreas que ela pode se manifestar e se mostrar como ferramenta útil, indo além do campo econômico e comercial. Além disso, o autor evidencia a importância em manter projetos de

cooperação internacional, principalmente o quanto os Estados ganham com esta postura. Observamos a seguir:

Na atualidade as sociedades estão integradas às condições do meio internacional de muitas maneiras e as políticas de promoção do desenvolvimento interagem com essas condições em todas as suas vertentes. Comércio, finanças, educação, saúde, geração de empregos, ciência e tecnologia e meio ambiente são itens essenciais da agenda internacional e constituem facetas do desenvolvimento que não podem ignorar o fato de que nessas áreas a conexão com o meio internacional constitui fator condicionante básico. [...] Nesse quadro é que se pode compreender porque a cooperação internacional representa a dimensão de longo prazo na política externa dos países. São os programas de cooperação internacional que permitem a construção de práticas e instituições que dão coerência, estabilidade e segurança nas relações externas dos países (SATO, 2010, p. 49).

Ao considerar a relação dinâmica entre o interno e externo, em um sistema que convive com o aprofundamento do fenômeno de internacionalização do capital desde a década de 90, podemos ponderar que a ordem interna dos Estados em diferentes esferas, como política, econômica, comercial, militar e social tornaram-se profundamente ligadas com a realidade internacional. Portanto, entre os diversos temas relevantes, a estabilidade, o crescimento econômico, as defesas de interesses e melhorias na qualidade de vida da sociedade civil está diretamente ligada com uma articulação significativa e autônoma com o cenário externo.

Após termos tido contato com as elaborações a respeito de cooperação, é de relevância para nosso estudo conhecer o debate acerca do processo de

integração e observar eventuais diferenças e proximidades entre as formulações de ambos os conceitos.

O economista Bela Balassa (1964) realizou contribuições importantes para o entendimento da teoria da integração econômica, de suas etapas e efeitos. Para alguns autores a mera existência de relações de troca entre as nações já é um sinal de integração, porém, para o economista, a integração econômica seria a abolição das restrições aos movimentos de mercadorias entre Estados. Esse processo ocorreria gradativamente, agregando medidas políticas e econômicas de integração cada vez mais fortes.

Diferente da cooperação, a integração tem a capacidade de estabelecer medidas que suprimem algumas discriminadoriedades, como por exemplo, a remoção de barreiras comerciais. O economista Cássio Silva Moreira (2010) no artigo “A integração regional como resposta ao processo de globalização” nos oferece uma definição de processo de integração, vejamos:

Um processo de integração regional consiste em um conjunto de medidas de caráter econômico que tem por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois ou mais países. Em outras palavras, é um processo de constituição de um mercado integrado, em uma região contínua ou não, a partir da retirada progressiva das barreiras ao comércio, podendo estender-se à livre circulação de fatores e produção e à criação de instituições que possam coordenar e/ou unificar as políticas econômicas de seus Estados-membros (GARCIA, 2001 *apud* MOREIRA, 2010, pp. 220-221).

Assim, Balassa (1964) entende que a integração deve ser realizada por etapas onde cada uma supera a anterior em algum aspecto que intensifica a interligação econômica e política entre os

Estados membros. De acordo com o autor, são cinco fases de evolução da integração: 1) Zona de Livre Comércio; 2) União Aduaneira; 3) Mercado Comum; 4) União Econômica e 5) Integração Econômica Total.

Diante de tantas complexidades em um cenário regional, para maior compreensão destas questões é válido o artigo “O regionalismo do Brasil” de Matias Spektor incluso na coletânea “Brasil e América do Sul: olhares cruzados” (2011) que reúne diversos artigos com o enfoque no Brasil e suas relações com os países vizinhos, principalmente dando ênfase para a questão regional.

No artigo em questão o autor aborda a trajetória da postura brasileira para a América do Sul durante as duas últimas décadas. Parte-se de questões que também é do nosso interesse e instiga nossos estudos, por exemplo: “Por que os últimos vinte anos assistiram a um progressivo envolvimento brasileiro na região?” “Quais as origens da noção de ‘América do Sul?’” “Por que o ativismo brasileiro ganhou sua forma atual?”.

Como exposto por Spektor (2011), a guinada regionalista da política externa se concretizou a partir de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou à presidência do Brasil e coincidiu com um giro à esquerda no pêndulo ideológico regional. Lula avançou e aprofundou significativamente a agenda regional de seu antecessor<sup>2</sup>, elevando ainda mais o status da “América do Sul” nas prioridades de política externa. Nomeou um acadêmico próximo para representá-lo como assessor especial nos assuntos diplomáticos; instruiu seu chanceler a reformar a estrutura burocrática da chancelaria para refletir a

---

<sup>2</sup> A primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, realizou-se em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000 a convite do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Esta reunião foi a primeira na história da América do Sul.

renovada atenção à região, com atuações diretas inclusive no Mercosul, a exemplo, a criação do Parlamento em 2005; acelerou um programa intenso de visitas aos vizinhos regionais; envolveu-se pessoalmente em processos eleitorais sul-americanos; e patrocinou algumas novas iniciativas regionais.

No entanto, as atitudes do Brasil diante à América do Sul nem sempre são homogêneas, e deixam visível algumas incoerências, além de questões complexas que envolvem as relações entre os países. Na passagem a seguir, pontuam-se três proposições a respeito do pensamento brasileiro em relação ao ambiente regional:

Três proposições, portanto, marcam o pensamento brasileiro a respeito do ambiente regional: o Brasil pode gozar de poder, prestígio e influência nas relações internacionais sem que isso implique assumir o papel de potência regional; a região pode funcionar como um escudo protetor da “autonomia” nacional na era da globalização; e a região pode funcionar como uma plataforma de lançamento para o acréscimo de poder, prestígio e influência nacional. Apontando em direções distintas, as três convivem de modo flutuante e pouco confortável, ajudando a explicar, ao menos em parte, as ambigüidades da atitude brasileira em relação à América do Sul (SPEKTOR, 2011, p. 155)

Na denominada primeira onda de regionalismo, já abordada anteriormente, na América Latina contamos com a criação em 1960 da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) com os países Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, tal associação apresentava objetivos ambiciosos e a criação de uma zona de livre comércio, ao não obter significativos resultados, foi substituída pela Associação Latino-

Americana de Integração (ALADI) em 1980 que apresentou formas mais flexíveis de negociações. Nesta mesma perspectiva, em 1969, estabeleceu-se entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru o Pacto Andino, que em 1996 passou a se chamar Comunidade Andina (CAN) (COSTA, 2010).

Dada a importância da integração regional, Guimarães (2005) sinaliza quatro desafios que se apresentam em todos os países sul-americanos e que só podem ser superados se agirem juntos. Todavia, o autor não considera a existência de solução individual para nenhum país da América do Sul. No trecho a seguir está explicado cada um destes desafios:

O primeiro desafio é articular e executar políticas de *desconcentração de poder*, que levem à redução gradual, mas firme, das extraordinárias disparidades sociais de toda ordem (riqueza, renda, gênero, etnia, região) em cada país da região. O segundo desafio é superar a *vulnerabilidade externa* em suas diversas facetas (econômica, tecnológica, política, militar e ideológica) por meio de programas que tenham como conceito fundamental a ideia-força do desenvolvimento com geração/distribuição de riqueza, substituindo as noções de mero crescimento e geração de riqueza, passando a privilegiar a estabilidade social e não a estabilidade financeira. Na sua faceta tecnológica, é necessário reconhecer que o *domínio da tecnologia de ponta* é indispensável ao desenvolvimento econômico relativo, em um mundo competitivo e oligopolizado pelas megacorporações multinacionais. A este tipo de tecnologia só se tem acesso, nos tempos atuais, a partir de um esforço nacional persistente e significativo. O terceiro desafio é a transformação em realidade do extraordinário *potencial natural* da América do Sul, pela criação da sua

infra-estrutura física e social e pelo aumento da produtividade de todos os segmentos de sua população, de seu estoque de capital e de seus recursos naturais, de forma sustentável. O *último desafio* é o da *transformação de sistemas democráticos formais em democracias efetivas*, em que a população excluída participe cada vez mais dos processos políticos de escolha de candidatos, de eleição de candidatos, de controle dos eleitos e da formulação e execução de políticas públicas que promovam a desconcentração de poder, em benefício da maioria (GUIMARÃES, 2005, p. 321).

Diante deste quadro, é importante voltar a atenção para os dois processos de integração que o Brasil priorizou no início do século XXI como caminho de fortalecimento regional. Para compreender os desdobramentos do Mercosul e Unasul é importante visualizar a abertura de um novo ciclo de ordem no sistema internacional no contexto pós guerra fria. Neste sentido, antes de tudo, reconhecer as alterações de ordem econômica e política que atingiram as relações entre os países potências e os periféricos. Mathias (2010) no excerto a seguir deixa evidentes os processos e mudanças que foram se consolidando neste cenário:

Transformação e mudança, informação e tecnologia, mercado e consumo, global e regional, multilateral e multipolar. Mais do que palavras-chaves que simbolizam o nosso tempo, essas expressões caracterizam uma série de entendimentos, mecanismos e, por que não dizer, processos que foram desencadeados no pós-Guerra Fria, dando a dimensão da complexidade dos fenômenos que passaram a povoar o ambiente cotidiano e a dinâmica da vida humana. Processos que foram se consolidando através de certa regularidade e evidências, com referências e aspectos internos e externos, com contornos e

movimentos ideológicos próprios, mas que, decisivamente, alteraram as relações entre os Homens e entre os Estados (MATHIAS, 2010, p. 27).

A partir destas transformações, percebemos uma expressiva alteração nas relações internacionais, em que houve o deslocamento da perspectiva Leste/Oeste para Norte/Sul a partir da década de 90. Mathias (2010, p. 28) argumenta que “esta modificação altera a leitura estratégica do *mapa-múndi*, onde passamos a enxergar ao Norte a concentração dos países ricos e no extremo oposto Sul, a concentração dos países pobres.” Guimarães apura perfeitamente isso, observa-se:

É um cenário em que as elites dirigentes das Grandes Potências, cientes de que na periferia do sistema internacional, as imensas e crescentes populações marginalizadas, desempregadas e prejudicada pela globalização e pela destruição das estruturas sociais dos Estados, identificam cada vez mais as megaempresas multinacionais, as elites locais associadas e os Estados a que correspondem como responsáveis pela situação em que se encontram, decidiram reforçar os seus esquemas militares de intimidação, contenção e sanção em um esforço de reconstrução utópica da situação mundial anterior a 1914. No centro desse sistema “utópico” se encontraria um grupo de Grandes Potências, que concentram a riqueza e o poder mundial e na periferia coexistiria uma multidão de Estados ex-colônias, fragmentados, enfraquecidos, desarmados e descoordenados entre si. (GUIMARÃES, 2001, p. 9).

Neste período também houve o aprofundamento do ordenamento neoliberal, com as reformas econômicas e a difusão da ideia de uma horizontalidade de condições entre Estados. Em se



tratando de América do Sul, apesar das assimetrias existentes entre os países, principalmente econômicas e sociais, a região conta com duas experiências de integração, Mercosul e Unasul, cada uma com suas particularidades e trajetórias próprias.

## Considerações finais

Este artigo propôs apresentar as formas e motivações pelos quais os Estados optam em agir de forma conjunta diante do sistema internacional. Principalmente ao levar em conta que um projeto ou decisão agrega maior peso neste cenário se apresentada em grupo ao invés de como um projeto de um único país. Diante desta constatação, percebemos o quão estratégico é o movimento de cooperar e integrar.

Procuramos expor também as diferenças existentes nos processos de cooperar e no de integrar. Podemos considerar o ato de cooperar mais próximo às características e objetivos sociais e culturais, com a intenção de aproximação, enquanto integrar está voltado mais para motivos econômicos, comerciais e políticos, diretamente relacionado à poder e conquistas no sistema internacional.

Na Introdução com a intenção de situar nossa discussão foi apresentado brevemente o debate em torno da região, com a nossa concepção de considerar a região enquanto seu caráter estratégico e não apenas físico, principalmente ao avaliar o espaço regional e a escolha pelo seu fortalecimento como uma diretriz de ação de política internacional que pode agregar condições de projeção.

## Referências

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Lisboa: Clássica Editora,

1964.

BORGES, Renato Thomaz. O Novo Regionalismo da América do Sul: A Formação de um Sistema de Poder. **Revista Neiba – Cadernos Argentina-Brasil**. v. III. n. 1, nov. 2014.

COSTA, Rogério Santos da. A América do Sul vista do Brasil: a estratégia de integração do Governo Lula. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2010.

GARCIA, Marco Aurélio. A política externa brasileira. In: JAKOBSEN, Kjeld (Org.). **A nova política externa**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. pp. 25 – 32.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Inserção internacional do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas. (17): 1-31, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. – Rio de Janeiro : Contraponto, 2005.

HURRELL, A. “O ressurgimento do regionalismo na política mundial”. **Contexto Internacional**, n. 17, vol. 1, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Blocos Regionais nas Américas**. Tradução: João Roberto Martins Filho. 1993. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_22/rbcs22\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_06.htm)> Acesso em: 23 jun. 2017.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATHIAS, Meire. **Paradoxos de uma política externa**: por que o Mercosul? Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto-e-vírgula**, 5: 215-229, 2009.

MOREIRA, Cássio Silva. A integração regional como resposta ao processo de globalização. **Gestão Contemporânea**. Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243. jan/jun. 2010.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: um componente essencial das relações internacionais. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar, 2010.

SPEKTOR, Matias. O Regionalismo do Brasil In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio (Org.) **Brasil e América do Sul: olhares cruzados**. Plataforma democrática, 2011.